

A lógica da produção e do consumo econômicos dominantes e a sustentabilidade social e ambiental*

Elisabeth Grimberg

Elisabeth Grimberg é socióloga, coordenadora da área de meio ambiente urbano do Instituto Pólis, membro do Fórum Nacional Lixo e Cidadania e integrante da coordenação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

Publicado em: 09/12/2004

Elementos para um balanço da capacidade de suporte dos recursos naturais

Estudos científicos demonstram que desde o início da civilização as atividades humanas produzem alterações na Terra, mas o que está na ordem do dia das preocupações dos movimentos sociais globais é a velocidade e a escala da destruição ambiental e social provocadas pelas interferências resultantes de empreendimentos econômicos nos últimos 50 anos. Mais que isso, a população e a economia crescem exponencialmente, o que não acontece com os recursos naturais que as suportam (Postel, 1994).

O Relatório Planeta Vivo, publicado pela WWF em 2002, utiliza o conceito de “pegada ecológica” para qualificar a pressão populacional sobre o ambiente natural. Desenvolveu-se um método para medir o uso de recursos naturais feito pela humanidade e como isso se distribui pelos países e regiões. Constatou-se a partir deste instrumento que, devido ao tamanho da população mundial e de suas necessidades de alimentação básica, em nível de consumo de recursos, das tecnologias utilizadas e da quantidade de resíduos gerados, já foi ultrapassada em 20 por cento a capacidade de suporte da Terra. Dito de outra forma, as sociedades estão usando mais recursos naturais do que o planeta é capaz de repor.

O planeta tem 11,4 bilhões de hectares de terra e espaço marinho produtivos, ou seja, 1,9 hectare de área per capita para produção de grãos, peixes e crustáceos, carne e derivados. E hoje, no mundo, estão sendo usado em média 2,3 hectares por habitante.

É fundamental salientar que há profundas diferenças entre os países quanto à pegada média de um habitante. Na África e Ásia, atinge 1,4 hectare por pessoa. Já a pegada média dos cidadãos da Europa Ocidental atinge cerca de 5 hectares e a dos norte-americanos 9,6 hectares! No Brasil, está em torno de 2,3 hectares.

Vale também destacar que, dos 6,2 bilhões de habitantes do planeta, cerca de 420 milhões vivem em países que não dispõem mais de terras agrícolas per capita suficientes para cultivar seus alimentos. Esta situação coloca os países mais pobres deste grupo em condições de dependência bastante preocupantes, o que força estas nações a importar alimentos. Estudos estimam que, até 2025, a população de países que terão que importar alimentos poderá ultrapassar 1 bilhão (Bright, 2003).

Dados relativos à carência de água são igualmente preocupantes: mais de meio bilhão de pessoas já vivem em regiões com tendências à seca crônica, sendo que 1,1 bilhão não têm acesso à água potável de qualidade (1/6 da população mundial).

As previsões da ONU apontam que, em 2050, a população mundial será 9,3 bilhão

aproximadamente, e que entre dois e sete bilhões de pessoas não terão acesso à água de qualidade (Informe sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, 2002). E a perspectiva é de que dois terços da humanidade vão passar sede em menos de 30 anos.

Quanto à produção de resíduos sólidos domiciliares no mundo tem-se cerca de 2 milhões de toneladas por dia, ou seja, 730 milhões de toneladas ao ano (Desafios do Lixo - TV Cultura, 2001). A contribuição de alguns países na produção mundial deste tipo de resíduos chama a atenção: só os Estados Unidos, por exemplo, gera 230 milhões de toneladas ao ano, o que representa 31% do total de resíduos domiciliares gerados no mundo. Somados aos do Canadá e países ocidentais da Europa atinge-se 56% do total mundial.

Na América Latina, são produzidas mais de 100 milhões de toneladas de resíduos domiciliares anualmente, cerca de 13% do total mundial. Nos países do norte do hemisfério, a média de geração de resíduos por habitante é bastante superior a de países do sul: o Canadá chega a produzir 1,9 kg por pessoa/dia, os Estados Unidos, 2,00 kg/dia, já na Índia este valor desce para 0,4 g/dia e no Brasil a média é de 0,7 kg/dia. Em alguns segmentos sociais mais pobres, com poder aquisitivo mínimo, este número pode baixar para 0,3 g/dia ou até menos. Em geral, nos países mais pobres, a média oscila entre 0,4 e 0,9 g/dia por habitante.

Além disso, nas grandes cidades do mundo frequentemente os detritos viajam centenas de quilômetros para serem depositados em aterros – em Toronto, os caminhões de lixo percorrem 800 km até seu destino final! Por trás destes números, o que está em questão é um processo contínuo de degradação ambiental – a deposição em aterros, incineração ou mesmo a reciclagem de materiais provocam, em maior ou menor grau, impacto ambiental. Destaque-se que o fator energia é o de maior peso na composição da pegada ecológica segundo análises do WWF (2002).

O objetivo de trazer estas informações não é o de percorrer exaustivamente índices de degradação ambiental, pois números são “realidades frias”, distantes do dia a dia das pessoas. A intenção tão pouco é a de apresentar um quadro que remeta a uma visão catastrófica da vida. O intuito é o de trazer uma base concreta de informações a partir da qual se possa debater caminhos e possibilidades de se avançar na construção de um novo paradigma de sociedade, alternativo ao capitalista.

Segundo Boaventura de Souza Santos, em seu livro *Produzir para Viver – os caminhos da produção não capitalista* (2001), as principais críticas ao capitalismo podem ser resumidas em 3 aspectos:

- 1) produção sistemática de desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais no interior de cada país e entre países em nível mundial;
- 2) produção de formas empobrecidas de sociabilidade, visto que as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista tomam por base o benefício pessoal e não a solidariedade e a igualdade;
- 3) exploração crescente dos recursos naturais de maneira a colocar em risco as condições físicas de vida na Terra. A economia capitalista exige um nível e tipo de produção e consumo que são ambientalmente insustentáveis.

O sistema econômico hegemônico favorece o crescimento e o consumo em detrimento da equidade e da erradicação da pobreza e aprofunda a desigualdade de renda entre ricos

e pobres. Os segmentos que estão nos extremos da distribuição de renda são os maiores responsáveis pela degradação do ambiente – os de mais alta renda seja pelo seu alto padrão de consumo (energia, matérias-primas e bens manufaturados), seja pelo padrão de produção (métodos de alto impacto ambiental e escala produtiva). Já os de mais baixa renda porque recorrem a práticas predatórias (corte de árvores, queimadas para plantio de alimentos e para criação de gado etc.) na tentativa de garantir sua sobrevivência a cada dia e na impossibilidade de continuar a utilizar métodos tradicionais e sustentáveis (Postel, 1994).

Evidentemente que, pelas condições econômicas de acesso aos recursos naturais, tecnológicos e financeiros, deve-se atribuir uma responsabilidade absolutamente diferenciada ao setor privado, globalmente. Também o Estado tem um papel central a cumprir na regulação das ações desenvolvidas na esfera econômica, de forma a impedir tanto as intervenções de caráter econômico que resultam em miséria, fome, situações a mais variadas de vulnerabilidade de bilhões de pessoas e na destruição em ritmo acelerado da base física do planeta.

Elementos para dimensionamento da pobreza e da exclusão social no mundo

O Relatório de Desenvolvimento Humano, elaborado pela ONU em 2004, aponta que 1,1 bilhão de pessoas vivem hoje no mundo com menos de um dólar por dia, sendo que as maiores concentrações de populações nesta condição situam-se na África (331 milhões), Ásia (693 milhões), seguidas de América Latina e Caribe (56 milhões) e Europa Central e Leste (21 milhões). Os dados de população sub-alimentada são igualmente alarmantes: 831 milhões de seres humanos. A pobreza é frequentemente a causa que está por trás da fome e não a falta de alimentos, segundo Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia). Em muitos países periféricos tem-se a geração de excedentes de alimentos convivendo com fome, ou seja, é a pobreza generalizada que impede o acesso ao alimento, à terra e a outros insumos necessários à produção de alimentos. Atualmente, 20% da população mundial está em países desenvolvidos e é responsável por 85% do consumo individual do planeta, sendo que os 20% mais pobres respondem por 1,3 % do consumo individual. Uma criança norte-americana, por exemplo, terá o impacto equivalente a 30 crianças nascidas em países periféricos.

Responsabilidades sociais num mundo de desigualdades sociais e degradação ambiental

A discussão das responsabilidades sociais está na pauta dos diversos segmentos da sociedade que se mobiliza na busca de alternativas a este processo de depredação socioambiental e deterioração dos valores humanos.

É muito comum nos depararmos com propostas e discursos nos quais se atribui à “humanidade”, ou à “sociedade moderna”, à “civilização atual” a responsabilidade por este estado de coisas. Não se identificam claramente os sujeitos responsáveis pelas ações e suas implicações. Há uma espécie de diluição de responsabilidades que mascara os benefícios auferidos por uns, os danos vividos por outros.

Não é plausível pensar que 1,1 bilhão de pessoas que hoje vivem no mundo com menos de um dólar por dia tenha as mesmas responsabilidades que os 20% de pessoas que desfrutam de um padrão de consumo de primeiro mundo. Enfim, partilhar os custos sociais e ambientais, com a consigna “de que todos nós temos responsabilidades” pelos

problemas que nos desafiam, gera mais dificuldades e distorções do que soluções.

Trata-se de qualificar e direcionar melhor as responsabilidades e atribuições de cada segmento social: elites econômicas, governos e instituições internacionais (tais como a ONU) têm responsabilidades determinadas segundo seu poder na estrutura econômica e política. E aos segmentos das sociedades excluídos de seus direitos básicos sociais, políticos, econômicos e culturais e em situação de vulnerabilidade extrema está a possibilidade de organizar-se, fortalecer e ampliar sua potência nas inúmeras redes, movimentos que hoje se articulam globalmente. Está em questão a estruturação de formas e estratégias de garantir qualidade de vida, “vida boa!”, para todos e todas, tendo em conta que os recursos naturais estão em esgotamento e que um novo paradigma de sociedade deve pautar-se pela produção de bens e serviços socialmente necessários e ambientalmente sustentáveis.

***Texto apresentado no Seminário Internacional Homem e o Meio Ambiente: Cultura, Ciência e Sociedade Sustentável, organizado pelo SESC Vila Mariana - 2004**